

Estratégias de Procura do Trabalho, Uso do Seguro-Desemprego e Qualificação Profissional no Distrito Federal

Desde o final de 2005, as entidades que integram o **Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (Sistema PED)** vêm desenvolvendo ações para ampliar a utilização de suas bases de dados no delineamento de políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e uma distribuição mais equitativa da renda e da riqueza gerada.

Em 2008, foi incluída nesta agenda a geração de novas informações primárias, que associadas às já corriqueiramente levantadas pelas seis unidades de pesquisa do Sistema PED, alavancam o patamar de entendimento sobre as dinâmicas que condicionam a absorção e valoração da força de trabalho em importantes regiões metropolitanas e no Distrito Federal. Assim, oportunizada pelo projeto *Consolidação do Sistema Estatístico PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamentos (Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N°. 092/2007 – DIEESE e Termos Aditivos)*, entre maio e outubro de 2008, foi realizada a pesquisa domiciliar *Informações para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda*.

No Distrito Federal, esta investigação concretizou os esforços da Secretaria de Estado de Trabalho – Setrab/GDF e do DIEESE os resultados iniciais são apresentados neste Boletim. Em particular, este primeiro estudo, traz informações relativas aos requisitos exigidos do trabalhador no momento da contratação ou organização do negócio ou empresa, os mecanismos ou meios utilizados para obtenção da inserção ocupacional, bem como o uso do seguro-desemprego. Além disso, este estudo traz informações relativas à qualificação profissional.

Meios e requisitos para a obtenção de trabalho assalariado no Distrito Federal

Entre maio e outubro de 2008, as informações apuradas pela **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)** mostram que 71,0% dos 1.892 mil indivíduos com 14 anos ou mais de idade, residentes no **Distrito Federal**, atuavam no mercado de trabalho, totalizando, em números absolutos, 1.343 mil pessoas economicamente ativas. Desse total, 1.131 mil trabalhadores integravam o contingente de ocupados e 212 mil estavam desempregados, percentual que correspondia a 15,8% da população economicamente ativa (PEA) (Tabela 1).

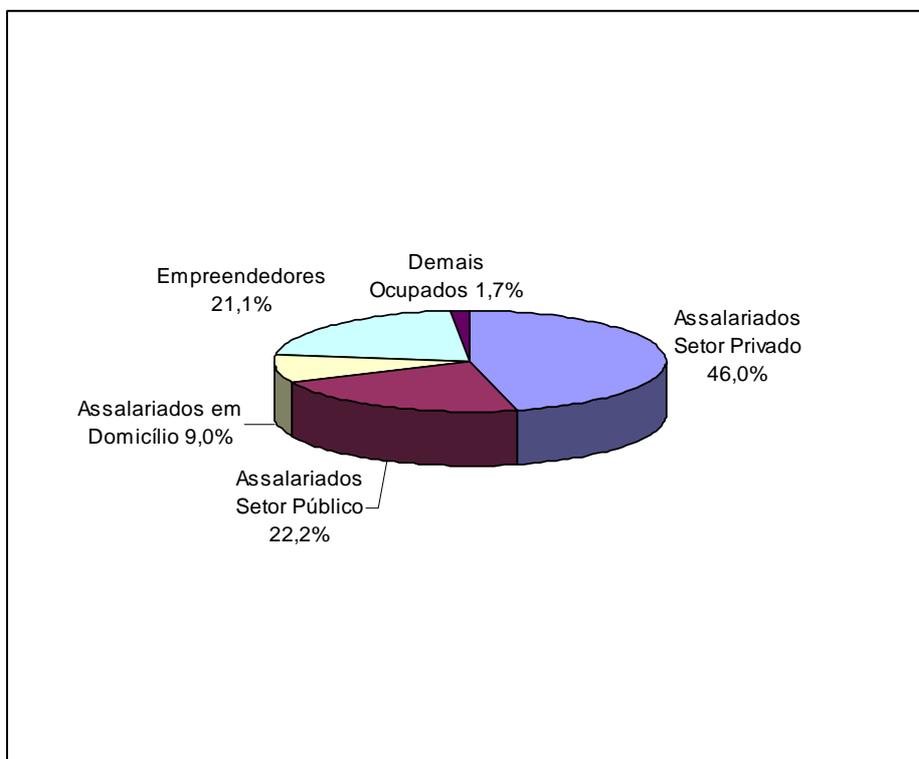
TABELA 1
Estimativas da população em idade ativa com 14 anos e mais, população economicamente ativa, ocupados, desempregados e inativos e taxas de participação e desemprego Distrito Federal – Maio a Outubro de 2008

Indicadores	Estimativas (em mil pessoas)	%
População em Idade Ativa (em 1.000 pessoas)	1.892	100,0
População Economicamente Ativa	1.343	71,0
Desempregados	212	11,2
Ocupados	1.131	59,8
Inativos	549	29,0
Taxas		
Participação (em % da PIA)	71,0	-
Desemprego (em % da PEA)	15,8	-

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

No período investigado, a forma de inserção ocupacional predominante no DF era o assalariamento (77,2%), que incorporava uma parcela importante de trabalhadores na esfera produtiva privada (46,0%), outro contingente significativo no setor público (22,2%) e, em menor escala, em domicílios, por meio do emprego doméstico (9,0%). Dentre as inserções restantes, sobressai o trabalho através da organização do próprio negócio e/ou empreendimento (21,1%) (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Distribuição dos ocupados segundo formas de inserção
Distrito Federal – maio a outubro de 2008



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Para 48,4% dos assalariados entrevistados entre maio e outubro de 2008, o acionamento da *rede de contatos pessoais* foi decisivo para a conquista do posto de trabalho atual. Em sequência, os meios mais utilizados para a obtenção do trabalho por aqueles que se empregaram em empresas, órgãos públicos ou domicílios foi o *contato direto com o empregador* (25,0%) e o engajamento em *concursos públicos* (23,3%).

A proporção de assalariados que obteve o posto de trabalho atual por meio de estruturas especializadas para a intermediação da força de trabalho foi menor (3,1%). Dentre estes, ainda, a alocação de trabalhadores realizada por agências privadas de emprego e estágio superava o esforço de intermediação da rede de atendimento pública (2,2% contra 0,9%, respectivamente) – (Tabela 2).

A proporção de empregados que relataram ter obtido o trabalho atual com o auxílio de parentes, amigos ou conhecidos era acentuadamente maior dentre os trabalhadores domésticos (89,9%), para os quais parece essencial esta via para circulação de informações, tanto sobre

disponibilidade de vagas quanto as relativas ao perfil dos candidatos. Também era muito expressivo o percentual daqueles trabalhadores inseridos no setor privado que se utilizou de contatos pessoais para viabilizar uma inserção produtiva no mercado de trabalho (59,1%). Por outro lado, a rede social era um meio relevante para a obtenção do emprego para apenas uma parcela pequena dos trabalhadores do setor público (8,5%).

TABELA 2
Distribuição dos assalariados de 14 anos e mais por setor institucional, segundo meio utilizado para obtenção do trabalho atual
Distrito Federal - Maio a Outubro de 2008

(%)

Meios para obtenção de trabalho	Total	Setor institucional		
		Setor Privado	Setor Público	Em Domicílios
Total de Assalariados ⁽¹⁾	100,0	100,0	100,0	100,0
Empresa empregadora/Empregador	25,0	35,8	9,0	8,7
Agência privada/órgão intermediação de estágio	2,2	3,3	(2)	(2)
Organizações comunitárias/Centrais e Sindicatos	(2)	(2)	(2)	(2)
Rede Social	48,4	59,1	8,5	89,9
Concurso público	23,3	(2)	81,9	(2)
Posto público de atendimento ao trabalhador	0,9	1,4	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Inclui contratados com e sem carteira assinada do setor privado, contratados do setor público, empregados domésticos.

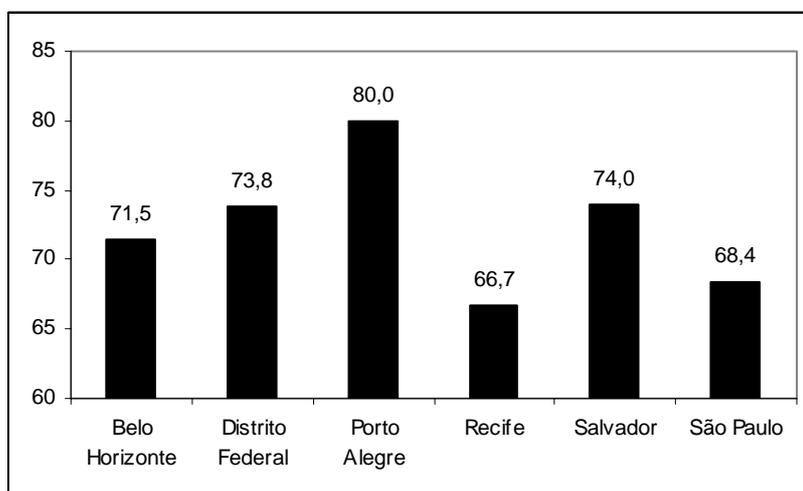
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O contato direto com a empresa ou empregador era mais frequente entre os assalariados do setor privado (35,8%), sendo o segundo modo mais eficiente para o alcance do posto de trabalho neste segmento. Esta forma também foi indicada como meio de acesso ao trabalho no setor público por 9,0% de seus assalariados. O concurso público, por sua vez, constituía a via predominante de inserção no emprego público (81,9%).

Superada a tarefa de encontrar a via ou meio eficaz para a obtenção do trabalho, para 73,8% dos assalariados do DF a contratação esteve sujeita ao atendimento de exigências ou requisitos por parte do então candidato à vaga oferecida. Em comparação com as demais regiões pesquisadas, esta proporção é inferior, apenas, à verificada em Porto Alegre e se iguala à observada em Salvador (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Proporção de assalariados para os quais foram exigidos requisitos na contratação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Maio a Outubro de 2008

Em %



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

No que se refere às expectativas de produtividade, cognição e habilidade, as condições requeridas dos assalariados eram principalmente de níveis específicos de escolaridade (62,2%) e experiência profissional anterior (25,8%). Em menor medida, porém figurando de modo relevante, estavam aqueles assalariados aos quais foi necessário comprovar a realização de cursos ou deter conhecimentos específicos (21,8%) (Tabela 3).

TABELA 3
Proporção de assalariados para os quais foram exigidos requisitos na
contratação por setor institucional, seguindo tipo de exigência
Distrito Federal – Maio a Outubro de 2008

Setor Institucional	Exigências requeridas			
	Total ⁽³⁾	Escolaridade	Cursos ou outros conhecimentos ⁽⁴⁾	Experiência Profissional
Total de Assalariados⁽¹⁾	73,8	62,2	21,8	25,8
Setor Privado⁽²⁾	74,3	59,2	26,2	35,1
Setor Público	92,9	91,8	20,6	8,8
Em Domicílios	24,1	(5)	(5)	20,7

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Inclui contratados com e sem carteira assinada do setor privado, contratados do setor público, empregados domésticos.

(2) Inclui contratados com e sem carteira de trabalho assinada e exclui os empregados domésticos.

(3) Totaliza os empregados para os quais houve exigência de algum pré-requisito.

(4) Inclui cursos de capacitação profissional na área pretendida, conhecimento de idiomas estrangeiros, conhecimento de informática e outros conhecimentos.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Os requisitos a serem preenchidos pelos assalariados no momento da contratação variam de acordo com o setor institucional do trabalhador. Assim, as estratégias de acesso ao emprego público associam-se, predominantemente, à participação em seleções ancoradas em exigências de cognição e atestados de escolaridade: no período da pesquisa, a proporção de assalariados neste segmento para os quais foi exigido determinado patamar de escolarização chegou a 91,8%. Porém, exigências definidas com maior precisão ou ainda conhecimentos específicos esperados dos postulantes a vagas ou postos de trabalho no setor público do DF foram requeridos de substanciais 20,6% de seu contingente de ocupados. Além disso, a proporção de servidores públicos para os quais a experiência anterior foi decisiva na contratação alcançou 8,8%.

No setor privado, embora as exigências de níveis específicos de escolarização sejam menores em relação à registrada no setor público, estas estão longe da irrelevância, pois para mais da metade de seus assalariados este foi um critério definidor para obtenção do posto de trabalho (59,2%). A experiência anterior de trabalho foi decisiva na contratação para mais de um terço do contingente assalariado no setor produtivo privado (35,1%).

O emprego doméstico responde por parcela expressiva da ocupação no DF (9,0%), constituindo-se, sabidamente, em espaço de absorção da força de trabalho feminina. Nesta inserção, as trabalhadoras tendem a reproduzir, no âmbito profissional, atividades, habilidades e parâmetros de conduta ameadados ao longo da vida privada e apreendidos em seu próprio domicílio; deste modo, as exigências requeridas neste segmento aos trabalhadores se restringem quase exclusivamente a experiência profissional anterior, mesmo assim para apenas 20,7% deles.

O quadro de estratégias de procura de trabalho ainda é completado pela relação entre os meios de obtenção do posto ou vaga e os requisitos exigidos para a contratação do trabalho assalariado. Esta perspectiva indica que o enfrentamento de precondições para contratação é relevante para todos os meios utilizados na obtenção de trabalho, mesmo sendo sensivelmente menor para aqueles que alcançaram o posto atual através de rede de parentes, amigos ou conhecidos (59,3%) (Tabela 4).

Outro aspecto relevante é a inequívoca predominância das exigências de escolaridade em todos os meios utilizados para a obtenção de trabalho. Para além dos, já esperados, níveis de escolarização requeridos entre aqueles que se engajam pela via do concurso público (95,2%), chama atenção o fato de que a escolaridade foi uma exigência requerida para 90,2% dos que obtiveram o trabalho atual através de agências privadas de intermediação e/ou a agenciadoras de estágio e para 67,3% dos que procuram oportunidade nos postos públicos de intermediação.

A experiência de trabalho anterior desponta como segundo requisito para que esses assalariados tenham logrado êxito na busca por ocupação, sendo mais proeminente entre os que

se utilizaram do contato direto com o empregador (38,4%) e secundariamente pelos que o fizeram através de parentes, amigos e/ou conhecidos (29,2%). Já cursos e conhecimentos específicos foram mais exigidos, sobretudo, pelos assalariados que ultrapassaram as seleções realizadas diretamente pelos empregadores (28,4%) e daqueles que utilizaram os serviços de intermediação de agências privadas e/ou agenciadoras de estágio (28,0%).

TABELA 4
Proporção de ocupados de 14 anos e mais contratados, para os quais foram exigidos requisitos para o exercício do trabalho atual, segundo meio utilizado para obtenção do trabalho atual e tipo de exigência requerida
Distrito Federal - Maio a Outubro de 2008

Meios utilizados para a obtenção do trabalho	Exigências requeridas			
	Total ⁽²⁾	Escolaridade	Cursos ou outros conhecimentos ⁽³⁾	Experiência profissional
Total de Assalariados ⁽¹⁾	73,8	62,2	21,8	25,8
Empresa empregadora/Empregador	79,0	65,9	28,4	38,4
Agência privada/órgão intermediação de estágio	96,2	90,2	28,0	(5)
Organizações comunitárias/Centrais Sindicais	(4)	(4)	(4)	(4)
Rede social	59,3	42,9	19,1	29,2
Concurso público	95,7	95,2	19,9	6,6
Posto público de atendimento ao trabalhador	84,2	67,3	(4)	(4)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Inclui contratados com e sem carteira assinada do setor privado, contratados do setor público, empregados domésticos.

(2) Totaliza os empregados para os quais houve exigência de algum pré-requisito.

(3) Inclui cursos de capacitação profissional na área pretendida, conhecimento de idiomas estrangeiros, conhecimento de informática e outros conhecimentos.

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Por fim, cumpre registrar que os meios utilizados na busca de trabalho e as exigências requeridas para o preenchimento dos postos oferecidos guardam relação com a estabilidade e os rendimentos auferidos através do trabalho contratado. Assim, no Distrito Federal, encontravam-se assalariados com períodos de permanência maior em suas inserções atuais entre aqueles aos quais foram exigidos níveis determinados de escolaridade e cursos e/ou conhecimentos específicos - respectivamente, 92 e 68 meses. Já os salários são maiores entre os assalariados para os quais foi exigido determinado nível de escolaridade (R\$ 2.451) (Tabela 5).

TABELA 5
Tempo médio de permanência no posto de trabalho atual e rendimento médio real dos assalariados por tipo de exigência requerida na contratação
Distrito Federal – Maio a Outubro de 2008

Exigências Requeridas	Tempo Médio de Permanência (Em meses)	Rendimento Médio Real Mensal (1)
Total	85	2.161
Escolaridade	92	2.451
Cursos ou outros conhecimentos (2)	68	2.065
Experiência Profissional	48	1.420

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Em reais de setembro de 2008

(2) Inclui cursos de capacitação profissional na área pretendida, conhecimento de idiomas estrangeiros, conhecimento de informática e outros conhecimentos

Uso do seguro-desemprego no Distrito Federal

No Distrito Federal, 15,9% dos residentes com idade igual ou superior aos 14 anos lançaram mão do suporte financeiro dado pelo seguro-desemprego em algum momento ao longo dos últimos oito anos. Até outubro de 2008, o contingente que havia feito uso deste mecanismo para sustentação temporária de renda, no período compreendido entre janeiro de 2000 e outubro de 2008, foi estimado em 301 mil pessoas (Tabela 6).

Quando esta população usuária do seguro-desemprego é examinada sob a perspectiva de sua inserção econômica atual, destaca-se que foi maior a proporção daqueles que estavam utilizando ou tinham utilizado este instrumento entre os que se encontravam economicamente ativos (14,0%). Esta situação, por sua vez, decorreu de percentual mais elevado entre os trabalhadores atualmente ocupados (11,2%), que acumulam perdas de postos assalariados com carteira de trabalho assinada nos últimos oito anos. Entre os desempregados que no momento das entrevistas pressionavam a estrutura produtiva do DF buscando uma oportunidade de trabalho, 2,8% estavam usando ou tinham recorrido ao seguro entre 2000 e 2008. Entre os inativos, esta proporção era de 1,8% .

TABELA 6
Proporção de pessoas com 14 anos e mais que usam ou usaram seguro-desemprego nos últimos oito anos, segundo condição de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Maio a Outubro de 2008

Condição de Atividade	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal					
	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
População Total	18,8	15,9	20,7	12,7	15,5	18,3
População Economicamente Ativa	16,2	14,0	17,9	11,0	13,8	16,1
Ocupado	14,4	11,2	15,3	8,0	10,3	13,5
Desempregados	1,8	2,8	2,6	3,0	3,5	2,6
Em Desemprego Aberto	1,3	1,7	1,9	1,8	2,1	1,7
Em Desemprego Oculto	0,5	1,1	0,7	1,2	1,4	0,9
População Inativa	2,5	1,8	2,8	1,7	1,7	2,2

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Diferenças regionais existentes no volume de usuários do seguro-desemprego devem levar em conta, naturalmente, o modo como as economias estudadas reagiram às instabilidades econômicas dos primeiros anos da década atual, sobretudo, seus reflexos no grau de eliminação, circunstanciais ou definitivas, de postos de trabalho. Este movimento é determinante do limite superior ou teto de uso do seguro, porém, dada à heterogeneidade de vínculos contratuais existentes da força de trabalho metropolitana, é limitado pela proporção dos empregos com carteira assinada nesses mercados de trabalho.

O Distrito Federal vem convivendo com o declínio do desemprego no período analisado, com a proporção de desempregados atingindo o patamar de 16,0% da PEA em outubro do último ano, após ter alcançado quase um quarto da força de trabalho em abril de 2003 (23,9%). Esta situação, entretanto, deve ser compreendida à luz de sua estrutura ocupacional, pois devido à elevada concentração de servidores públicos em seu território, há uma relativa restrição de inserções assalariadas registradas em carteira. Estas formas de incorporação ao mercado de trabalho predominam no segmento produtivo privado e em domicílios da capital federal e seu entorno, sendo fortemente mobilizadas pela massa salarial originada no setor público.

Dessa forma, o número médio de postos de trabalho assalariados com carteira assinada perdidos no DF foi equivalente ao observado na Região Metropolitana de Recife e ficou aquém do volume observado nas demais áreas investigadas pelo Sistema PED (Gráfico 3 e Tabela 7).

GRÁFICO 3
Taxa de desemprego
Distrito Federal - Jan./2001 a Out./2008
(% da PEA)

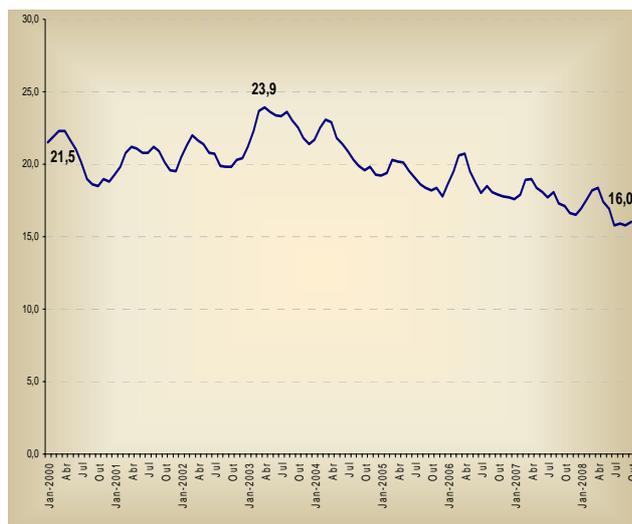


TABELA 7
Número de postos de trabalho assalariados
com carteira assinada perdidos nos últimos
oito anos pela população
com 14 anos e mais
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
Mai a Outubro de 2008

Regiões Metropolitanas	Número absoluto
	Postos assalariados c/carteira perdidos
Belo Horizonte	1,6
Distrito Federal	1,4
Porto Alegre	1,6
Recife	1,4
Salvador	1,5
São Paulo	1,5

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Considerando o volume de postos de trabalho perdidos (1,4) que, a princípio, habilitam ao recebimento das parcelas do seguro-desemprego, foi observado que o número médio de uso desse benefício ficou bem mais restrito (1,2 vezes). Entre as razões que limitaram o acesso efetivo ao seguro-desemprego pelos trabalhadores do DF, destacou-se o fato de o afastamento do trabalho ter ocorrido por iniciativa do empregado (26,8%), seguido pelo tempo de permanência no posto perdido não alcançar o limite mínimo de seis meses (21,7 %). Já a finalização de contratos temporários de trabalho motivou o não recebimento do seguro por 9,2% dos trabalhadores que perderam postos assalariados regulamentados (Tabela 8).

TABELA 8
Distribuição das pessoas com 14 anos que perderam postos de trabalho assalariados nos últimos oito anos e não usaram seguro-desemprego Distrito Federal - Maio a Outubro de 2008

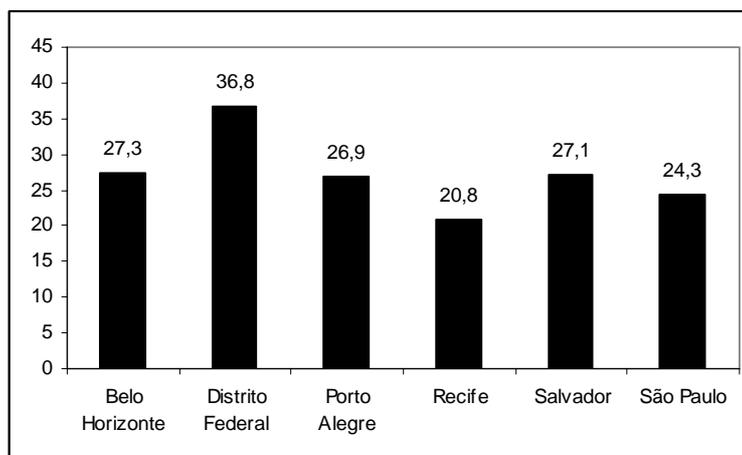
Motivos de não ter usado o seguro-desemprego	%
Contrato Temporário	9,2
Pediu demissão	26,8
Não ficou desempregado nesse período	15,7
Teve outras rendas/trabalhos	(2)
Faltou completar o período de carência	21,7
Não vale a pena/muita burocracia	(2)
Foi despedido por justa causa	(2)
Outros	26,7

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Qualificação profissional no Distrito Federal

Nos últimos três anos, a participação em algum curso ou treinamento destinado à qualificação profissional mobilizou 36,8% da população com 14 anos e mais de idade no Distrito Federal. Este percentual – que incorpora todas as iniciativas realizadas no âmbito da preparação para o trabalho – é o mais elevado no universo das regiões investigadas pelo Sistema PED (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Proporção das pessoas de 14 anos e mais segundo realização de cursos de capacitação e/ou qualificação nos últimos três anos Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – maio a outubro de 2008
 (%)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Analisada sob a perspectiva da inserção ocupacional e condição socioeconômica, identifica-se que é maior a proporção daqueles que buscaram qualificação nestes últimos três anos no DF entre os atuais desempregados (52,0%), secundariamente, assume maior importância entre os ocupados (40,1%), e é menor entre inativos (24,1%). Em qualquer uma dessas inserções, é inequívoca a relação entre iniciativas de qualificação e renda disponível por membro da família. De tal sorte, quase ¾ dos desempregados do grupo 4, maior patamar de renda familiar per capita, participaram de cursos formativos (Tabela 9).

TABELA 9
Proporção da população de 14 anos e mais que realizou cursos de capacitação e/ou qualificação por condição ocupacional, segundo grupos de renda familiar per capita
Distrito Federal – maio a outubro de 2008

Situação no trabalho	Grupo segundo renda familiar per capita				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	28,3	30,3	39,2	47,7	36,8
Desempregado	41,7	53,9	65,6	72,8	52,0
Ocupado	26,4	30,6	41,0	54,3	40,1
Inativo	21,5	19,9	26,2	28,9	24,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Obs.: Grupo 1 corresponde aos 25% de famílias com menores rendimentos per capita, Grupo 2 corresponde aos 25% de famílias com rendimentos imediatamente superiores ao Grupo 1, e assim por diante, até o Grupo 4, que corresponde aos 25% das famílias com maiores rendimentos per capita.

Contudo, disparidades em níveis de renda, de modo isolado, não explicam as diferenças na qualificação. De fato, características pessoais, longe de conferirem neutralidade aos mercados de trabalho, como já identificado em estudos anteriores, no mínimo potencializam desigualdades. As mulheres do DF, por exemplo, apresentam propensão para frequentar cursos de qualificação similar aos homens, além de possuírem maior nível de escolaridade. Deste modo, estas informações corroboram as análises que sustentam que o diferencial de incidência do desemprego existente entre homens e mulheres extrapola as questões relacionadas estritamente aos recursos produtivos acumulados ao longo da vida profissional.

Ademais, a tendência de um maior acesso, ainda que pequeno, da população não-negra à qualificação contradiz a maior intensidade da presença deste grupo de cor na região (Tabela 10).

TABELA 10
Proporção da população de 14 anos e mais que realizou cursos de capacitação e/ou qualificação por atributos pessoais, segundo grupos de renda familiar *per capita*
Distrito Federal – maio a outubro de 2008

(em %)

Atributos pessoais dos membros das famílias (de 14 anos ou mais)	Grupo segundo renda familiar per capita				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	28,3	30,3	39,2	47,7	36,8
Sexo					
Masculino	28,7	30,4	38,7	48,6	37,1
Feminino	28,1	30,2	39,6	47,0	36,6
Cor ⁽¹⁾					
Negra	28,2	31,6	39,8	48,2	36,3
Não-negra	28,6	28,0	38,4	47,4	37,5
Posição no domicílio					
Chefe	21,0	20,3	29,0	40,1	26,7
Demais	33,6	36,7	45,9	53,1	42,9
Cônjuge	19,4	25,2	33,5	43,7	30,7
Filho	44,0	49,4	60,9	67,7	55,8
Outros	36,4	32,4	38,3	37,8	35,0
Faixa etária					
14 a 17 anos	41,6	50,7	56,6	45,0	46,5
18 a 24 anos	46,2	50,1	61,5	75,9	59,2
25 a 39 anos	27,4	31,9	43,6	60,6	42,0
40 a 49 anos	17,1	20,0	32,0	47,2	30,4
50 e mais	(4)	(4)	10,3	19,5	11,8
Nível de instrução					
Analfabeto	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Fundamental incompleto	16,4	13,0	14,7	(4)	14,5
Fundamental completo ⁽²⁾	35,6	38,2	39,2	33,7	35,7
Médio completo ⁽³⁾	46,3	47,4	50,8	52,3	48,7
Superior completo	(4)	(4)	63,3	56,5	54,7

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Negra corresponde às pessoas de cor parda e preta. Não-negra corresponde às pessoas de cor branca e amarela.

(2) Inclui indivíduos com ensino médio incompleto.

(3) Inclui indivíduos com ensino superior incompleto

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Obs.: Grupo 1 corresponde aos 25% de famílias com menores rendimentos per capita, Grupo 2 corresponde aos 25% de famílias com rendimentos imediatamente superiores ao Grupo 1, e assim por diante, até o Grupo 4, que corresponde aos 25% das famílias com maiores rendimentos per capita.

As informações coletadas pelo Sistema PED também registram a estreita relação entre qualificação profissional e a juventude, período em que esta formação pode tornar-se instrumento de ingresso no mercado de trabalho. Deste modo, para a população com idade entre 14 e 17 anos do grupo de renda familiar per capita mais elevada, 45,0% dos jovens realizaram atividades de formação profissional nos últimos três anos. Esse percentual é ainda maior dentre os jovens com

18 e 24 anos do mesmo grupo de renda (75,9%). Na medida em que a renda cresce, contudo, observa-se que os cursos e treinamentos se incorporam a rotina dos adultos, sobretudo os inseridos em unidades familiares de maior renda: 60,6% dos indivíduos com idade entre 25 a 39 anos do grupo 4 participaram de cursos de qualificação nos últimos três anos, o mesmo ocorreu com 47,2% daqueles na faixa etária entre 40 e 49 anos e 19,5% dos com mais de 50 anos, inseridos no mesmo grupo de renda.

Ademais, é acentuada a relação entre qualificação profissional por cursos ou treinamento e escolaridade, o que se evidencia com a incorporação de recortes de renda. Com efeito, quanto maior a escolaridade, maior o percentual de participação em cursos preparatórios para o trabalho, o que se acentua com o ensino médio completo e níveis de renda mais elevados. Dentre os que completaram o ensino médio, 48,7% buscaram a qualificação, proporção que no grupo 4 aumentou para 52,3%.

O custeio e natureza institucional da oferta de Qualificação Profissional

Em relação aos indivíduos que se qualificam realizando cursos de capacitação, via de regra, mais da metade teve acesso e se manteve nestes cursos – total ou parcialmente – com financiamento próprio. No DF, esse percentual alcançou 62,1% da população que realizou cursos. Tal constatação reitera a percepção de que a qualificação, na maioria dos casos, permanece sendo uma prática dependente do próprio esforço dos indivíduos e de seus familiares.

No que se refere à gratuidade dos cursos oferecidos, destaca-se o fato de mais de um quinto dessas oportunidades terem sido gratuitas (22,1%), sendo acessados, preferencialmente, por membros de famílias de menor renda (36,7% no grupo 1). Em sentido oposto, constata-se que a capacitação custeada pelas empresas é mais frequente no segmento mais abastado da população – chegando a perfazer 30,3% dos indivíduos com experiências formativas (Tabela 11).

TABELA 11
Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais, com cursos de capacitação, por grupos de renda familiar per capita, segundo fontes de financiamento
Distrito Federal – Maio a Outubro de 2008

Fontes de financiamento dos cursos de qualificação (nos últimos três anos)	Grupo segundo renda familiar per capita - RM				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total ou parcialmente pago com recursos próprios	56,9	61,0	64,8	58,4	62,1
Com recursos da empresa	(1)	10,2	16,7	30,3	15,7
Totalmente gratuito	36,7	28,8	18,5	11,2	22,1
Outras	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs.: Grupo 1 corresponde aos 25% de famílias com menores rendimentos per capita, Grupo 2 corresponde aos 25% de famílias com rendimentos imediatamente superiores ao Grupo 1, e assim por diante, até o Grupo 4, que corresponde aos 25% das famílias com maiores rendimentos per capita.

Em relação à natureza das instituições de realização dos cursos profissionalizantes, o que inclui cursos de capacitação e também os que conferem diplomas de nível técnico a seus egressos, identificou-se a prevalência das instituições de ensino particular, principalmente, a dos institutos de qualificação profissional. No DF, estes estabelecimentos respondiam por mais da metade da população atendida (57,1%).

Observou-se também que a qualificação realizada pelas empresas empregadoras atendia preferencialmente a população que dispunha de maior renda – 18,3% era a proporção dos indivíduos atendidos por esses organismos, no grupo 4 de renda.

Destaque-se ainda a importância das escolas técnicas e do Sistema S como importantes instituições ofertantes de cursos profissionalizantes: 9,1% e 9,2%, respectivamente, da população com 14 anos ou mais utilizaram dessa via para realizar um curso de qualificação profissional (Tabela 12).

TABELA 12
Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais, com cursos de capacitação, por grupos de renda familiar per capita, segundo natureza institucional do responsável pelo curso. Distrito Federal – Maio a Outubro de 2008

(em %)

Entidades realizadoras dos cursos de qualificação (nos últimos 3 anos)	Grupo segundo renda familiar per capita - RM				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Escola técnica	10,3	10,3	10,2	6,9	9,1
Faculdade/ Universidade	(2)	(2)	(2)	(2)	1,6
Sistema S	10,4	10,6	10,2	7,2	9,2
Empresa empregadora	(2)	(2)	10,0	18,3	9,7
ONGs, igrejas etc.	(2)	(2)	(2)	(2)	4,7
Institutos de qualif. profissional	56,5	58,0	57,1	54,6	57,1
Demais ⁽¹⁾	(2)	(2)	7,6	7,3	8,6

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Inclui Centros de educação tecnológica, Sebrae, Sindicatos e centrais sindicais, e Outros tipos de entidades.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs.: Grupo 1 corresponde aos 25% de famílias com menores rendimentos per capita, Grupo 2 corresponde aos 25% de famílias com rendimentos imediatamente superiores ao Grupo 1, e assim por diante, até o Grupo 4, que corresponde aos 25% das famílias com maiores rendimentos per capita.

Motivos para não qualificação

As razões para não qualificação no DF, particularmente daqueles residentes que demonstram necessidade e interesse, recai emblematicamente sobre dois obstáculos – a falta de recursos (18,0%) e a falta de tempo (25,5%). A ausência das condições mínimas para o financiamento de ações formativas, como esperado, aflige mais acentuadamente aqueles que se inserem em agrupamentos familiares de menor renda (34,5%); enquanto a escassez de tempo era um motivo aventado em proporção relativamente semelhante entre os indivíduos pertencentes aos diferentes estratos de renda de suas famílias.

Registre-se, ainda, que entre os indivíduos de 14 anos e mais do DF que não tinham participado de cursos com o objetivo de obter qualificação para o trabalho nos últimos três anos, há destaque nos relatos que fundamentam da não capacitação na ausência de interesse ou necessidade dos entrevistados (47,0%) (Tabela 13).

TABELA 13
Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais que não participaram de cursos de capacitação, por grupos de renda familiar per capita, segundo razões para não qualificação
Distrito Federal – Maio a Outubro de 2008

(em %)

Principal motivo da não qualificação/ capacitação profissional (nos últimos 3 anos)	Grupo segundo renda familiar per capita - DF				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Falta de recursos financeiros	34,5	24,7	14,4	4,5	18,0
Falta de tempo	20,8	26,1	29,5	26,4	25,5
Não tem os requisitos exigidos ⁽¹⁾	7,6	8,0	5,8	(3)	5,8
Demais motivos ⁽²⁾	5,3	4,2	4,2	(3)	3,8
Não tem interesse/ não necessita	31,8	36,9	46,1	63,6	47,0

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Inclui requisitos de escolaridade, idade, etc.

(2) Inclui falta de escolas ou cursos perto da residência ou trabalho; baixa qualidade dos cursos disponíveis; duração muito extensa dos cursos ou outros motivos.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs.: Grupo 1 corresponde aos 25% de famílias com menores rendimentos per capita, Grupo 2 corresponde aos 25% de famílias com rendimentos imediatamente superiores ao Grupo 1, e assim por diante, até o Grupo 4, que corresponde aos 25% das famílias com maiores rendimentos per capita.